

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

*Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e
Relatório dos Auditores Independentes sobre
as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Renova Eólica Participações S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Renova Eólica Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro constituem entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

Renova Eólica Participações S.A. e controladas

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Renova Eólica Participações S.A., em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, conforme descrito nas notas explicativa nºs 1 e 4 às demonstrações financeiras, a Companhia vem aplicando recursos significativos em obras de infraestrutura e na aquisição de bens destinados à produção de energia. De acordo com as projeções da administração, esses valores serão absorvidos pelas receitas de operações futuras. Em 31 de dezembro de 2014, as controladas do LEN 2011 encontravam-se em fase pré-operacional e, para a finalização do projeto, objetivando o cumprimento dos compromissos de venda de energia já assumidos, dependerão de recursos dos acionistas e/ou financiamentos de terceiros.

Outros assuntos

Anteriormente, examinamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, sobre as quais emitimos parecer datado de 17 de fevereiro de 2014 contendo ênfase quanto ao mesmo assunto mencionado acima.

Salvador, 4 de março de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC- nº 2SP 011.609/O-8-“F” BA

José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador
CRC – BA 015.640/O-3 “S” SP

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Consolidado		Controladora		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13			31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.542	1.027	10	-	Fornecedores	8	74.502	188.421	51	198
Aplicação financeira	4	93.895	200.881	74.998	-	Financiamentos	9	285.277	1.031.372	28.679	-
Contas a receber de clientes	5	43.226	-	-	-	Debêntures	9	667	-	667	-
Impostos a recuperar		2.484	2.126	16	-	Impostos a recolher		6.811	1.654	-	3
Pagamentos antecipados		373	-	-	-	Provisão para custos socioambientais	12	2.999	-	-	-
Outros créditos		1	30	393	-	Contas a pagar - CCEE	10	-	4.645	-	-
Total dos ativos circulantes		149.521	204.064	75.417	-	Total dos passivos circulantes		370.256	1.226.092	29.397	201
NÃO CIRCULANTES						NÃO CIRCULANTES					
Contas a receber - CCEE	10	2.044	-	-	-	Financiamentos	9	802.648	-	802.648	-
Partes relacionadas	13	-	-	686.348	-	Debêntures	9	73.676	-	73.676	-
Investimentos	6	-	-	740.577	391.683	Impostos diferidos	11	138	-	-	-
Imobilizado	7	1.714.556	1.413.510	15.065	-	Provisão para custos socioambientais	12	7.717	-	-	-
Total dos ativos não circulantes		1.716.600	1.413.510	1.441.990	391.683	Partes relacionadas	13	38.452	-	38.452	-
						Total dos passivos não circulantes		922.631	-	914.776	-
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14				
						Capital social		457.250	241.183	457.250	241.183
						Reserva de capital		16.948	16.948	16.948	16.948
						Reserva de lucros		29.243	-	29.243	-
						Prejuízos acumulados		-	(9.811)	-	(9.811)
						Recursos para futuro aumento de capital		69.793	143.162	69.793	143.162
						Total do patrimônio líquido		573.234	391.482	573.234	391.482
TOTAL DOS ATIVOS		1.866.121	1.617.574	1.517.407	391.683	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.866.121	1.617.574	1.517.407	391.683

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
RECEITA LÍQUIDA	15	65.103	-	-	-
CUSTOS DOS SERVIÇOS					
Depreciação		(10.010)	-	-	-
Custo de operação		1.196	-	-	-
Encargos de uso do sistema de distribuição		(1.245)	-	-	-
Total	16	(10.059)	-	-	-
LUCRO BRUTO		55.044	-	-	-
DESPESAS					
Gerais e administrativas		(3.950)	(8.350)	(1.494)	(331)
Outras despesas		(1)	-	-	-
Total	16	(3.951)	(8.350)	(1.494)	(331)
Resultado de equivalência patrimonial	6	-	-	45.615	(8.508)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		51.093	(8.350)	44.121	(8.839)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		293	-	118	-
Despesas financeiras		(9.327)	(490)	(5.185)	(1)
Total	17	(9.034)	(490)	(5.067)	(1)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		42.059	(8.840)	39.054	(8.840)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(2.942)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	10	(63)	-	-	-
Total	17	(3.005)	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		39.054	(8.840)	39.054	(8.840)
Lucro por ação básico e diluído (expressos em reais - R\$)		0,079	(0,018)	0,079	(0,018)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	39.054	(8.840)	39.054	(8.840)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>39.054</u>	<u>(8.840)</u>	<u>39.054</u>	<u>(8.840)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital - Reserva de benefícios a empregados liquidados com instrumentos de patrimônio	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Recursos para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Lucro retido			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		241.183	16.948	-	-	-	(971)	-	257.160
Recursos para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	-	143.162	143.162
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(8.840)	-	(8.840)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	14	241.183	16.948	-	-	-	(9.811)	143.162	391.482
Recursos para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	-	70.209	70.209
Capitalização de recursos para futuro aumento de capital	14	143.578	-	-	-	-	-	(143.578)	-
Aumento de capital	14	72.489	-	-	-	-	-	-	72.489
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	39.054	-	39.054
Constituição de reserva legal		-	-	1.462	-	-	(1.462)	-	-
Constituição de reversa para dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	2.778	-	(2.778)	-	-
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	-	25.003	(25.003)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	14	457.250	16.948	1.462	2.778	25.003	-	69.793	573.234

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		39.054	(8.840)	39.054	(8.840)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:					
Depreciação	7	10.011	-	-	-
Encargos sobre mútuo (líquido)		-	377	-	1
Juros sobre financiamentos e debêntures	9.2	8.894	-	8.894	-
Juros sobre aplicações financeiras	17	(293)	-	(118)	-
Apropriação dos custos sobre financiamentos e debêntures	9.2	(3.147)	-	(3.147)	-
(Reversão) provisão líquida CCEE	10	(6.689)	4.645	-	-
Impostos diferidos	11	138	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	6	-	-	(45.615)	8.508
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(43.226)	-	-	-
Impostos a recuperar		(358)	(2.092)	(16)	-
Pagamentoss antecipados		(373)	-	-	-
Outros créditos		29	11	-	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(147)	198	(147)	198
Impostos a recolher		5.287	1.554	-	3
Outras contas a pagar		-	(2)	-	-
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(130)	(7)	(3)	-
Pagamentos de juros sobre financiamentos	9.2, 21	(40.935)	(7.541)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(31.885)	(11.697)	(1.098)	(130)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aportes de capital em investidas		-	-	(231.183)	(143.009)
Aplicações financeiras		94.396	(197.109)	(67.996)	-
Aquisição de imobilizado	7, 21	(55.710)	(792.117)	-	-
Pagamentos de imobilizado adquirido em períodos anteriores	7, 21	(188.225)	(126.390)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(149.539)	(1.115.616)	(299.179)	(143.009)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recursos para futuro aumento de capital	14	70.209	143.162	70.209	143.162
Captação de financiamentos e debêntures	9.2, 21	230.007	1.150.000	230.007	-
Custos na captação de financiamentos e debêntures	9.2	71	-	71	-
Pagamentoss de financiamentos	9.2, 21	(148.800)	(300.000)	-	-
Mútuo com partes relacionadas - ingresso (pagamentos)		-	(45.349)	-	(23)
Partes relacionadas - ingresso	13	38.452	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		189.939	947.813	300.287	143.139
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		8.515	(179.500)	10	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	1.027	180.527	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	9.542	1.027	10	-
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		8.515	(179.500)	10	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Renova Eólica Participações S.A. (“Renova Eólica” ou “Companhia” ou “Controladora”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Roque Petroni Júnior, 999, 15º andar, foi constituída em 15 de setembro de 2009, na forma de sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal participar no capital social de outras sociedades.

Conforme nota explicativa nº 14, a Companhia é controlada diretamente pela Nova Renova Energia S.A., que é controlada direta da Renova Energia S.A (“Renova”), sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa na BM&FBOVESPA (“BOVESPA”).

Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2014, o capital circulante líquido da Companhia é de R\$ 220.735. O capital circulante líquido negativo é em função, principalmente, da emissão das Notas Promissórias no montante de R\$251.200 para a construção dos parques eólicos. As notas promissórias possuem vencimento em 24 de fevereiro de 2015, ou na data de desembolso da segunda liberação do contrato de financiamento de longo prazo assinado com o BNDES.

Atualmente, a Companhia participa nas seguintes sociedades:

	<u>% participação direta</u>	
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
<u>SPEs - LER 2010 (a)</u>		
Centrais Eólicas da Prata S.A. (“Da Prata”)	99,99	99,99
Centrais Eólicas dos Araçás S.A. (“Araçás”)	99,99	99,99
Centrais Eólicas Morrão S.A. (“Morrão”)	99,99	99,99
Centrais Eólicas Seraíma S.A. (“Seraíma”)	99,99	99,99
Centrais Eólicas Tanque S.A. (“Tanque”)	99,99	99,99
Centrais Eólicas V. do Nordeste S.A. (“Ventos do Nordeste”)	99,99	99,99

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

	% participação direta	
	31/12/14	31/12/13
<u>SPEs - LEN 2011 (A-3) (b)</u>		
Centrais Eólicas Ametista S.A. (“Ametista”)	99,99	99,99
Centrais Eólicas Borgo S.A. (“Borgo”)	99,99	99,99
Centrais Eólicas Caetité S.A. (“Caetité”)	99,99	99,99
Centrais Eólicas Dourados S.A. (“Dourados”)	99,99	99,99
Centrais Eólicas Espigão S.A. (“Espigão”)	99,99	99,99
Centrais Eólicas Maron S.A. (“Maron”)	99,99	99,99
Centrais Eólicas Pelourinho S.A. (“Pelourinho”)	99,99	99,99
Centrais Eólicas Pilões S.A. (“Pilões”)	99,99	99,99
Centrais Eólicas S. do Espinheiro S.A. (“Serra do Espinheiro”)	99,99	99,99

- (a) Sociedades por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), no âmbito do Leilão de Reserva – 2010 (“LER 2010”). Os parques eólicos estão em operação comercial.
- (b) Sociedades por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova – 2011 (“LEN 2011 (A-3)”). Os parques eólicos estão em fase de construção.

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

1.1. Autorizações

Companhias	Contrato	Portaria MME	Data da portaria	Prazo de autorização	Capacidade de produção instalada*
Centrais Eólicas da Prata S.A.	LER 05/2010	177	25/03/11	35 anos	21,84 MW
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	LER 05/2010	241	07/04/11	35 anos	31,86 MW
Centrais Eólicas Morrão S.A.	LER 05/2010	268	20/04/11	35 anos	30,24 MW
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	LER 05/2010	332	27/05/11	35 anos	30,24 MW
Centrais Eólicas Tanque S.A.	LER 05/2010	330	26/05/11	35 anos	30,00 MW
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	LER 05/2010	161	18/03/11	35 anos	23,52 MW
Centrais Eólicas Ametista S.A.	LEN 02/2011	135	14/03/12	35 anos	28,56 MW
Centrais Eólicas Borgo S.A.	LEN 02/2011	222	13/04/12	35 anos	20,16 MW
Centrais Eólicas Caetité S.A.	LEN 02/2011	167	21/03/12	35 anos	30,24 MW
Centrais Eólicas Dourados S.A.	LEN 02/2011	130	13/03/12	35 anos	28,56 MW
Centrais Eólicas Espigão S.A.	LEN 02/2011	172	22/03/12	35 anos	10,08 MW
Centrais Eólicas Maron S.A.	LEN 02/2011	107	08/03/12	35 anos	30,24 MW
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	LEN 02/2011	168	21/03/12	35 anos	21,84 MW
Centrais Eólicas Pilões S.A.	LEN 02/2011	128	13/03/12	35 anos	30,24 MW
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	LEN 02/2011	171	22/03/12	35 anos	18,48 MW

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes

1.2. Comercialização de energia:

Em 26 de maio de 2011, as SPEs Da Prata, Araçás, Morrão, Seraíma, Tanque e Ventos do Nordeste assinaram contrato de comercialização de energia no ambiente regulado (“CCEAR”), na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com a CCEE, por meio do qual, as SPEs venderão toda sua produção de energia elétrica, por um prazo de 20 (vinte) anos a partir de a partir de 1º de novembro de 2014.

Em 13 de agosto de 2012, as SPEs Ametista, Borgo, Caetité, Dourados, Espigão, Maron, Pelourinho, Pilões e Serra do Espinhaço assinaram o CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com diversas distribuidoras de energia, por meio do qual, as SPEs venderão toda sua produção de energia elétrica, a partir de 1º de fevereiro de 2015 (para as Companhias Ametista, Dourados, Maron e Pilões) e 1º de julho de 2015 (para as Companhias Borgo, Caetité, Espigão, Pelourinho e Serra do Espinhaço) com prazo final em abril de 2035.

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

Empresa do grupo	Ref. Contrato	Compradora	Valores				Prazo			
			Valor original do Contrato	Energia anual Contratada (MWh)	Preço histórico MWh (R\$)	Preço atualizado MWh (R\$)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Centrais Eólicas da Prata S.A.	LER 05/2010	CCEE	214.701	88.476	121,25	154,69	nov/2014 ^(**)	ago/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	LER 05/2010	CCEE	295.480	121.764	121,25	154,69	nov/2014 ^(**)	ago/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Morrão S.A.	LER 05/2010	CCEE	312.486	128.772	121,25	154,69	nov/2014 ^(**)	ago/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	LER 05/2010	CCEE	325.241	134.028	121,25	154,69	nov/2014 ^(**)	ago/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tanque S.A.	LER 05/2010	CCEE	295.480	121.764	121,25	154,69	nov/2014 ^(**)	ago/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	LER 05/2010	CCEE	214.701	88.476	121,25	154,69	nov/2014 ^(**)	ago/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Ametista S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	238.148	121.764	101,53	109,61	fev/15 ^(**)	abr/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Borgo S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	166.189	84.972	100,73	108,74	jul/15 ^(**)	abr/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Caetité S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	245.001	125.268	100,90	108,92	jul/15 ^(**)	abr/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Dourados S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	226.155	115.632	100,87	108,89	fev/15 ^(**)	abr/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Espigão S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	83.951	42.924	102,07	110,19	jul/15 ^(**)	abr/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Maron S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	236.434	120.888	101,32	109,37	fev/15 ^(**)	abr/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	202.168	103.368	101,23	109,28	jul/15 ^(**)	abr/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Pilões S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	224.441	114.756	100,09	108,05	fev/15 ^(**)	abr/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	152.483	77.964	99,69	107,62	jul/15 ^(**)	abr/35	IPCA	janeiro

* Inclui ICB (Índice de custo benefício) e CEC (Custo econômico de curto prazo) no preço.

** Data original concatenada conforme Despacho nº 1.317, de 28/04/2014 e Despacho nº 571, de 11/03/2014.

1.3. Operação comercial dos parques eólicos

Os Contratos de Energia de Reserva estabelecem que os parques eólicos do LER 2010 deveriam entrar em operação comercial em 01 de setembro de 2013. O despacho nº 1.317 de 28 de abril de 2014, da ANEEL, alterou o início do período de suprimento dos contratos do LER 2010 a fim de concatená-los com a entrada em operação comercial da Subestação Igaporã II, sob responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – (“Chesf”), concedendo um prazo adicional de trinta dias para entrada em operação comercial, a contar da data de entrada em operação comercial da Subestação Igaporã II, mantendo a data original do final do suprimento do contrato.

Em março de 2014, a Companhia reverteu as provisões anteriormente constituídas para fazer face ao ressarcimento devido pelas SPEs (cláusula 11 do contrato de energia de reserva), no montante de R\$7.399 registrada na linha Contas a pagar – CCEE/Eletrobras, do balanço patrimonial, sendo R\$4.645 do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (vide nota explicativa 16).

Para os Contratos de Energia Nova do LEN 2011 (A-3), de acordo com o despacho nº 571 de 11 de março de 2014, a ANEEL alterou o início do período de suprimento dos CCEARs a fim de concatená-los com a entrada em operação comercial de instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão nº 19/2012, concedendo um prazo adicional de trinta dias para entrada em operação comercial, a contar da data de disponibilização das instalações de transmissão, mantendo assim o prazo de suprimento de 19 anos e 10 meses do contrato.

Os parques do LER 2010 entraram em operação comercial em 11 de outubro de 2014, conforme despacho ANEEL nº 4.108. Em relação ao LEN 2011 (A-3), quatro dos nove parques foram conectados na mesma linha de transmissão que atende os parques do LER 2009 e LER 2010 (Igaporã II). Os outros cinco parques serão conectados na linha Igaporã III, que de acordo com o cronograma do Acompanhamento dos Empreendimentos de Transmissão (SIGET da ANEEL), está prevista para ser entregue no dia 12 de agosto de 2015. No dia 4 de março de 2015, quatro parques, do total de nove, que comercializaram energia no LEN 2011 (A-3) iniciaram a operação comercial (vide nota explicativa 22.1).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações financeiras foram aprovadas para conclusão pela Administração em 4 de março de 2015.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as demonstrações financeiras foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são:

- Imobilizado (nota explicativa 7); e
- Instrumentos financeiros (nota explicativa 19).

2.5. Principais políticas contábeis

Não houve alterações significativas nas práticas contábeis da companhia em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.5.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos (nota explicativa 19)

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas for em partes das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos das transações diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

2.5.1.1. Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros aplicáveis na Companhia e em suas controladas foram classificados da seguinte forma:

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os ativos desta categoria são classificados no ativo circulante. As controladas possuem classificados nesta categoria para 31 de dezembro de 2014 e de 2013 o Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (nota explicativa 4).

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

b) Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 compreendem:

- Fornecedores (nota explicativa 8);
- Financiamentos (nota explicativa 9); e
- Partes relacionadas (nota explicativa 13).

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

2.5.1.2. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

2.5.1.3. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

2.5.2. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

2.5.3. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada período, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução do valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.5.4. Acordos de pagamentos baseados em ações

A controladora indireta Renova Energia S.A. possui plano de remuneração baseado em ações para empregados e outros provedores de serviços similares que são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga/contrato.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga/contrato é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício ou capitalizados durante a fase de construção dos parques eólicos das controladas durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Administração da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada período de relatório, a Administração revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos.

As transações que resultem em pagamentos baseados em ações, cuja liquidação é feita com instrumentos de patrimônio, com terceiros, exceto funcionários e executivos, são

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

mensuradas pelo valor justo dos produtos ou serviços recebidos. Quando o valor justo não pode ser estimado com confiabilidade, as transações são mensuradas pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio concedidos na data em que os produtos e os serviços foram recebidos.

2.5.5. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia ou suas controladas possuem uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

2.5.6. Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre investimentos. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre mútuos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

2.5.7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável.

Para a Companhia e algumas controladas, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Conforme facultado pela legislação tributária, algumas controladas da Companhia optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Imposto diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

2.5.8. Resultado por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do período atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

2.5.9. Informações por seguimento

A Companhia e suas controladas apresentam apenas um segmento operacional, que é a sua unidade de negócio estratégico, geração de energia eólica.

2.5.10. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

No exercício de 2014, algumas novas normas emitidas e/ou revisadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC entraram em vigor. A Administração analisou tais normas e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Outras normas emitidas entrarão em vigor a partir do exercício de 2015 as quais a Administração implantará tais pronunciamentos à medida que sua aplicação se tornar obrigatória, não sendo esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia ou suas controladas.

2.6 Reclassificação nas contas do balanço patrimonial

A Companhia procedeu a reclassificação no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, para fins de melhor apresentação e manutenção da comparabilidade, de R\$ 38.236 de imobilizado para fornecedores e com correspondente efeito na linha de aquisição de imobilizado no fluxo de caixa.

3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as demonstrações financeiras das controladas mencionadas na nota explicativa 1.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas;
- eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das companhias controladas, direta e indiretamente;
- eliminação dos saldos de receitas e despesas financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora
	31/12/14	31/12/13	31/12/14
Caixa	2	2	-
Bancos conta movimento	9.540	1.025	10
Aplicações financeiras	93.895	200.881	74.998
Total	<u>103.437</u>	<u>201.908</u>	<u>75.008</u>

Apresentados como:

Caixa e equivalentes de caixa	9.542	1.027	10
Aplicações financeiras	93.895	200.881	74.998
Total	<u>103.437</u>	<u>201.908</u>	<u>75.008</u>

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a instrumentos de renda fixa, remunerados a taxas que variam de 98% até 107,23% do CDI.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa 19.

5. CLIENTES (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/14</u>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	<u>43.226</u>

Os saldos em 31 de dezembro de 2014 são compostos por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 24 dias para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

6. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta os investimentos e as principais informações das controladas:

	Participação	Saldo em 31 de dezembro de 2014				Saldo em 31 de dezembro de 2013			
		Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)
Centrais Eólicas da Prata S.A.	99,99%	116.385	62.778	53.607	5.627	95.241	70.335	24.906	(966)
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	99,99%	163.402	80.319	83.083	7.998	143.684	95.633	48.051	(1.067)
Centrais Eólicas Morrão S.A.	99,99%	148.695	73.002	75.693	9.837	129.956	99.814	30.142	(1.125)
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	99,99%	154.126	77.814	76.312	9.072	133.951	99.762	34.189	(1.140)
Centrais Eólicas Tanque S.A.	99,99%	148.792	73.605	75.187	8.263	149.824	110.922	38.902	(1.170)
Centrais Eólicas V. do Nordeste S.A.	99,99%	112.824	57.063	55.761	6.866	97.867	68.410	29.457	(935)
Centrais Eólicas Ametista S.A.	99,99%	123.694	62.677	61.017	(302)	115.720	94.642	21.078	(241)
Centrais Eólicas Borgo S.A.	99,99%	90.899	68.181	22.718	(203)	90.181	79.607	10.574	(180)
Centrais Eólicas Caetité S.A.	99,99%	132.409	92.839	39.570	(285)	130.868	108.432	22.436	(209)
Centrais Eólicas Dourados S.A.	99,99%	120.255	84.329	35.926	(305)	108.131	84.562	23.569	(333)
Centrais Eólicas Espigão S.A.	99,99%	51.195	35.913	15.282	(126)	61.300	51.458	9.842	(190)
Centrais Eólicas Maron S.A.	99,99%	122.313	83.216	39.097	(255)	111.137	83.869	27.268	(265)
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	99,99%	92.935	68.492	24.443	(169)	80.941	63.751	17.190	(209)
Centrais Eólicas Pilões S.A.	99,99%	115.779	54.571	61.208	(234)	107.216	68.028	39.188	(284)
Centrais Eólicas S. do Espinhaço S.A.	99,99%	82.325	60.652	21.673	(169)	89.319	74.428	14.891	(194)
		<u>1.776.028</u>	<u>1.035.451</u>	<u>740.577</u>	<u>45.615</u>	<u>1.645.336</u>	<u>1.253.653</u>	<u>391.683</u>	<u>(8.508)</u>

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

6.1 Movimentação dos investimentos

	31/12/13	Recursos para futuro aumento de capital	Aumento de capital	Dividendos propostos	Equivalência	31/12/14
Centrais Eólicas da Prata S.A.	24.906	19.863	3.253	(42)	5.627	53.607
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	48.051	23.500	3.610	(76)	7.998	83.083
Centrais Eólicas Morrão S.A.	30.142	30.056	5.740	(82)	9.837	75.693
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	34.190	29.353	3.771	(74)	9.072	76.312
Centrais Eólicas Tanque S.A.	38.901	24.557	3.531	(65)	8.263	75.187
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	29.458	17.020	2.471	(54)	6.866	55.761
Centrais Eólicas Ametista S.A.	21.079	32.167	8.073	-	(302)	61.017
Centrais Eólicas Borgo S.A.	10.573	3.283	9.065	-	(203)	22.718
Centrais Eólicas Caetité S.A.	22.436	8.738	8.681	-	(285)	39.570
Centrais Eólicas Dourados S.A.	23.569	7.348	5.314	-	(305)	35.926
Centrais Eólicas Espigão S.A.	9.840	3.214	2.354	-	(126)	15.282
Centrais Eólicas Maron S.A.	27.267	4.614	7.471	-	(255)	39.097
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	17.190	4.521	2.901	-	(169)	24.443
Centrais Eólicas Pilões S.A.	39.189	19.544	2.709	-	(234)	61.208
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	14.891	3.406	3.545	-	(169)	21.673
	<u>391.682</u>	<u>231.184</u>	<u>72.489</u>	<u>(393)</u>	<u>45.615</u>	<u>740.577</u>

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

	31/12/12	Recursos para futuro aumento de capital	Equivalência	31/12/13
Centrais Eólicas da Prata S.A.	24.115	1.757	(966)	24.906
Centrais Eólicas dos Araças S.A.	28.673	20.445	(1.067)	48.051
Centrais Eólicas Morrão S.A.	25.867	5.400	(1.125)	30.142
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	25.857	9.472	(1.140)	34.189
Centrais Eólicas Tanque S.A.	34.458	5.614	(1.170)	38.902
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	23.763	6.629	(935)	29.457
Centrais Eólicas Ametista S.A.	10.829	10.490	(241)	21.078
Centrais Eólicas Borgo S.A.	7.127	3.627	(180)	10.574
Centrais Eólicas Caetité S.A.	10.380	12.265	(209)	22.436
Centrais Eólicas Dourados S.A.	10.607	13.295	(333)	23.569
Centrais Eólicas Espigão S.A.	4.627	5.405	(190)	9.842
Centrais Eólicas Maron S.A.	10.998	16.535	(265)	27.268
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	8.064	9.335	(209)	17.190
Centrais Eólicas Pilões S.A.	25.230	14.242	(284)	39.188
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	6.587	8.498	(194)	14.891
Total	<u>257.182</u>	<u>143.009</u>	<u>(8.508)</u>	<u>391.683</u>

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

7. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	Taxa de depreciação anual	Saldo em 31/12/12	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/13	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/14
<u>Imobilizado em serviço</u>								
<u>Custo corrigido</u>								
Geração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	-	-	-	-	8.402	630	9.031
Máquinas e equipamentos	4%	-	-	-	-	24.643	548.334	572.977
Sistema de transmissão e conexão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	-	-	-	-	-	3.718	3.718
Máquinas e equipamentos de transmissão	4%	-	-	-	-	-	181.040	181.040
Total		-	-	-	-	33.044	733.722	766.766
<u>Depreciação acumulada</u>								
Geração								
Edificações, obras civis e benfeitorias		-	-	-	-	(539)	-	(539)
Máquinas e equipamentos		-	-	-	-	(7.613)	-	(7.613)
Outros		-	-	-	-	-	-	-
Sistema de transmissão e conexão								
Edificações, obras civis e benfeitorias		-	-	-	-	(38)	-	(38)
Máquinas e equipamentos		-	-	-	-	(1.821)	-	(1.821)
Total		-	-	-	-	(10.011)	-	(10.011)
Total do imobilizado em serviço		-	-	-	-	23.033	733.722	756.755
<u>Imobilizado em curso</u>								
Terrenos		3.253	6.597	-	9.850	746	(5.067)	5.529
Edificações, obras civis e benfeitorias		-	183.853	-	183.853	26.092	(94.717)	115.228
Torres de medição		3.448	657	-	4.105	394	(1.225)	3.274
Aerogeradores		932	799.357	57.339	857.628	16.951	(350.309)	524.270
Equipamentos de subestação		100.304	1.451	11.662	113.417	28.904	(54.721)	87.600
A ratear		53.411	60.219	-	113.630	74.961	(16.132)	172.459
Adiantamento a fornecedores		198.715	1.313	(69.001)	131.027	129.965	(211.551)	49.441
Projetos sociais - BNDES		-	-	-	-	-	-	-
Total do imobilizado em curso		360.063	1.053.447	-	1.413.510	278.013	(733.722)	957.801
Total do ativo imobilizado		360.063	1.053.447	-	1.413.510	301.046	-	1.714.556

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

Os investimentos incorridos referem-se basicamente a aquisição de equipamentos de subestação, aerogeradores, e gastos com a construção civil dos parques eólicos, que serão unitizados antes da entrada em operação.

- (a) A rubrica de valores a ratear refere-se principalmente a gastos com projetos, com a implantação das usinas, juros capitalizados e reconhecimento de pagamento baseado em ações de sua controladora indireta Renova. Para data base 31 de dezembro de 2014, o montante de juros capitalizados é de R\$84.806 (2013, R\$34.871).
- (b) Refere-se à aquisição de equipamentos de subestação fornecido pela empresa ABB Ltda.
- (c) Refere-se à aquisição de aerogeradores fornecido pela empresa General Electric Energy do Brasil.
- (d) Refere-se principalmente a adiantamentos aos contratos firmados com a General Electric Energy do Brasil – Equipamentos e Serviços de Energia Ltda. para aquisição de aerogeradores e com o consórcio MGT, responsável pela construção civil dos parques.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

Os ativos imobilizado registrados pela Companhia (controladora) no valor de R\$ 15.065 refere-se aos juros capitalizados referente aos parques em construção.

A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados.

8. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Fornecedores	<u>74.502</u>	<u>188.421</u>	<u>51</u>	<u>198</u>

Os saldos de fornecedores em 31 de dezembro de 2014 e 2013 referem-se, principalmente, a valores a pagar aos fornecedores de equipamentos e materiais para a construção dos parques eólicos.

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

9. FINANCIAMENTOS

		Consolidado								
		31/12/2014						31/12/2013		
		Circulante			Não circulante			Circulante		
Custo da Dívida		Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
<u>Moeda Nacional</u>										
BNDES - LER 2010 ^(a)	TJLP + 2,98% a.a.	-	-	-	-	-	-	14.106	336.500	350.606
BNDES - LEN 2011 ^(a)	TJLP + 2,98% a.a.	-	-	-	-	-	-	11.120	263.500	274.620
Notas Promissórias - LER 2010 ^(c)	100% CDI + 0,98% a.a.	-	-	-	-	-	-	1.643	107.000	108.643
Notas Promissórias - LEN 2011 ^(c)	100% CDI + 0,98% a.a.	5.398	251.200	256.598	-	-	-	4.503	293.000	297.503
BNDES - Renova Eólica ^(a)	TJLP + 2,45%	1.097	21.449	22.546	1.047	650.417	651.464	-	-	-
BNDES - Renova Eólica ^(b)	TJLP + 2,60%	1.855	4.464	6.319	2.177	150.575	152.752	-	-	-
BNDES - Renova Eólica (Subcrédito "P")*	TJLP	-	-	-	3	1.320	1.323	-	-	-
Subtotal dos empréstimos		8.350	277.113	285.463	3.227	802.312	805.539	31.372	1.000.000	1.031.372
Custo de captação da operação		-	(186)	(186)	-	(2.891)	(2.891)	-	-	-
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		8.350	276.927	285.277	3.227	799.421	802.648	31.372	1.000.000	1.031.372
*15% de bônus de adimplência										
Debêntures - 1ª emissão - Renova Eólica Participações S.A. ^(d)	IPCA + 7,6054% a.a.	667	-	667	-	73.676	73.676	-	-	-
TOTAL DE DEBÊNTURES		667	-	667	-	73.676	73.676	-	-	-

(*) O saldo total da controladora é de R\$28.679 no circulante e R\$ 802.648 no não circulante.

9.1 Resumo dos contratos

(a) BNDES (Curto Prazo)

Em 07 de junho de 2013, as controladas da Companhia assinaram contrato de financiamento com o BNDES, no montante de R\$600.000. Os recursos deste financiamento foram destinados à implantação dos parques eólicos do LER 2010 e LEN 2011 (A-3).

Em 16 de junho de 2014, com a liberação do financiamento de longo prazo, as controladas da Companhia quitaram estes empréstimos de curto prazo.

(b) Contratos BNDES (Longo prazo)

A Companhia com a interveniência das controladas Ametista, Araças, Borgo, Caetité, Dourados, Espigão, Maron, Morrão, Pelourinho, Pilões, Da Prata, Seraíma, Serra do Espinhaço, Tanque, Ventos do Nordeste e da sua controladora direta Nova Renova obteve financiamento no valor total de R\$1.044.100 (contrato direto assinado em 04 de junho de 2014, no valor de R\$734.020 e o contrato de repasse assinado com o Banco do Brasil, no valor de R\$310.080). Em 31 de dezembro de 2014, o montante liberado foi de R\$804.224, utilizado para quitar o empréstimo ponte tomado com o BNDES, no valor de R\$647.894 e parte das notas promissórias, no valor de R\$154.617.

O financiamento direto BNDES será dividido em 16 subcréditos, de “A” a “P”, com as seguintes características: (a) os Subcréditos A, C, D, E, F, G, I, J, M e P terão prazo de utilização e de carência até 15 de dezembro de 2015, e prazo de amortização em 192 meses, sendo as prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vencendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de janeiro de 2016 e a última em 15 de dezembro de 2031; e (b) os Subcréditos B, H, K, L, N e O terão prazo de utilização e de carência até 15 de dezembro de 2014 e prazo de amortização em 192 meses, sendo as prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vencendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2030.

Os Subcréditos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N e O possuem taxas de juros de 2,45% a.a.+TJLP e sobre o principal da dívida decorrente do Subcrédito P incidirá a TJLP.

O Contrato de repasse com o Banco do Brasil possui taxa de 2,60% a.a. + TJLP.

São garantias de todos os contratos do BNDES o penhor de ações, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens, fiança bancária, e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção. Esta operação estabelece que o índice ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] deve ser maior ou igual a 1,3 a ser calculado ao final de cada exercício social. Em 31 de dezembro de 2014 esse índice foi atingido.

(c) Notas promissórias

Em 5 de novembro de 2013, as controladas que compõem os parques do LER 2010 e do LEN 2011 (A-3) emitiram notas promissórias comerciais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no montante de até R\$400.000 e nos termos da instrução CVM nº 476, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP e as notas comerciais depositadas em nome do respectivo titular no Sistema de Custódia Eletrônica da CETIP.

Sobre as notas promissórias incidirão juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada de 100% das taxas médias diárias da DI – Depósitos interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, acrescida exponencialmente de spread de 0,98% a.a.

Em 30 de abril de 2014 estas controladas indiretas quitaram as notas promissórias comerciais, no valor de R\$400.000 (principal) acrescido de juros do período e renegociaram a emissão de novas notas promissórias por um período complementar de 6 meses a partir de 30 de abril de 2014 no valor de principal de R\$400.000, mantendo as mesmas condições financeiras da primeira emissão. Essas notas serão quitadas no desembolso da segunda liberação do contrato de financiamento de longo prazo assinado com o BNDES.

Em 29 de agosto de 2014, com a liberação da segunda parcela do financiamento de longo prazo, parte das notas promissórias foram quitadas, restando um saldo de principal de R\$251.200.

As notas promissórias não exigem índices financeiros para vencimento antecipado da dívida.

(d) Debêntures de infraestrutura

Em 15 de novembro de 2014, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em duas séries (“Debêntures”), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação da Companhia no valor total de R\$146.000.

Sobre as debêntures da primeira série incidirão IPCA + juros remuneratórios prefixados de 7,6054% a.a. e da segunda série incidirão IPCA + juros remuneratórios prefixados de 7,8707% a.a.

As Debêntures foram emitidas como debêntures de infraestrutura, tendo em vista o enquadramento dos empreendimentos como projetos prioritários, por meio das portarias expedidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Os recursos das Debêntures serão destinados ao LER 2010 e LEN 2011 (A-3) com o objetivo de complementar o financiamento do BNDES, para aquisição de ativos.

A primeira série no valor de R\$73.000 foi liquidada em dezembro de 2014 e a segunda série, também no valor de R\$73.000, será liquidada em janeiro de 2015 (vide nota 22.3). A amortização terá início em 15 de junho de 2016 com parcelas semestrais e consecutivas até 15 de dezembro de 2025. O pagamento dos juros ocorrerá em parcelas semestrais, sem carência, nos meses de junho e dezembro de cada ano.

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

Esta operação estabelece que o índice ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] deve ser maior ou igual a 1,3 a ser calculado ao final de cada exercício social. Em 31 de dezembro de 2014 esse índice foi atingido.

9.2 Movimentação dos financiamentos

	Consolidado			Controladora		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	150.000	270	150.270	-	-	-
Financiamentos obtidos	1.150.000	-	1.150.000	-	-	-
Encargos financeiros pagos	-	(7.541)	(7.541)	-	-	-
Encargos financeiros capitalizados	-	38.643	38.643	-	-	-
Amortização de financiamento	(300.000)	-	(300.000)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.000.000	31.372	1.031.372	-	-	-
Financiamentos obtidos	1.204.225	-	1.204.225	804.225	-	804.225
Emissão de Debêntures	73.676	-	73.676	73.676	-	73.676
Encargos financeiros provisionados	-	8.894	8.894	-	8.894	8.894
Encargos financeiros pagos	-	(88.829)	(88.829)	-	-	-
Encargos financeiros capitalizados	-	84.806	84.806	-	21.951	21.951
Encargos financeiros incorporados ao principal	23.999	(23.999)	-	23.999	(23.999)	-
Amortização de financiamento	(1.148.800)	-	(1.148.800)	-	-	-
Apropriação dos custos de captação	(3.147)	-	(3.147)	(3.147)	-	(3.147)
Custos de captação	71	-	71	71	-	71
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.150.024	12.244	1.162.268	898.824	6.846	905.670

Vencimento das parcelas

As parcelas classificadas no passivo não circulante (consolidado) têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de Vencimento	31/12/14	
	Financiamentos	Debêntures
2016	28.990	1.474
2017	51.966	2.946
2018	51.966	2.947
2019	51.966	737
Após 2019	620.651	65.572
Total	805.539	73.676
Custo de captação	(2.891)	-
Total do financiamento no não circulante	802.648	73.676

10. CONTAS A PAGAR / CONTAS A RECEBER – CCEE (CONSOLIDADO)

	Ativo	Passivo
	31/12/14	31/12/13
	Não circulante	Circulante
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	2.044	4.645

Os contratos de energia de reserva celebrados entre as controladas do LER 2010 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual (período de setembro a agosto) as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente, conforme expresso na subcláusula 11.3 do referido contrato. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância – 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciando ao final do primeiro quadriênio.

Em março de 2014, a Companhia reverteu as provisões anteriormente constituídas para fazer face ao ressarcimento devido pelas SPEs (cláusula 11 do contrato de energia de reserva), no montante de R\$7.399 registrada na linha Contas a pagar – CCEE/Eletrobras, do balanço patrimonial, sendo R\$4.645 do exercício findo em 31 de dezembro de 2014

Movimentação:

	Movimentação do ativo			
	31/12/2013	Provisão	31/12/2014	
CCEE	-	2.044	2.044	
	Movimentação do passivo			
	31/12/2012	Provisão	31/12/2013	Movimentação
CCEE	-	(4.645)	(4.645)	4.645
Total	-	(4.645)	(4.645)	6.689

11. IMPOSTOS DIFERIDOS

	<u>31/12/14</u>
PIS diferido	13
COFINS diferida	61
IRPJ diferido	41
CSLL diferida	<u>22</u>
Total	<u><u>138</u></u>

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças entre a energia gerada e a efetivamente faturada (nota explicativa 10). Esses impostos diferidos foram calculados utilizando-se as alíquotas com base no lucro presumido.

Movimentação IRPJ e CSLL diferidos

Saldo em 31 de dezembro de 2013	-
Movimentação líquida	<u>(63)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u><u>(63)</u></u>

12. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial, as controladas da Companhia obtém todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nelas constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudança no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros das controladas durante a fase de construção e operação dos parques em operação.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo total da provisão para custos socioambientais era de R\$2.999 no passivo circulante e R\$7.717 no passivo não circulante.

13. PARTES RELACIONADAS

	31/12/2014	
	Consolidado	Controladora
	Passivo	Ativo
Partes relacionadas	<u>38.452</u> ^(a)	<u>686.343</u> ^(b)

De acordo com a Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 16 de junho de 2014 os acionistas deliberaram pela aprovação de um plano de resgate de ações com condições específicas. Devido as características destas ações, a Administração concluiu que elas representam instrumento de dívida e não de patrimônio e, desta forma, classificou estes valores no passivo, conforme requerido pelo CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação.

(a) O saldo se refere a ações resgatáveis emitidas pela Companhia e adquiridas pela sua controladora direta Nova Renova S.A.

(b) O saldo se refere a ações resgatáveis emitidas pela controladora e adquiridas por suas controladas diretas.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

A Nova Renova S.A. (controlada diretamente pela Renova Energia S.A.) é a única acionista da Companhia. O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2014 é de 457.250 (2013, R\$ 241.183) e está representado por 495.701.907 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Integralização de capital

Em 2014 a Companhia aumentou capital em R\$ 216.067 através de: (i) capitalização de recursos para futuro aumento de capital no valor de R\$ 143.578; e (ii) em moeda corrente no valor de R\$ 72.489.

<u>Data</u>	<u>Valor do aumento do capital</u>	<u>Quantidade de ações</u>
29/04/2014	188.436	188.436.991
16/06/2014	25.166	25.165.523
01/07/2014	2.465	2.465.594
Total	<u>216.067</u>	<u>216.068.108</u>

Recursos para futuro aumento de capital

Em 2014 a Nova Renova Energia S.A. (Nova Renova) transferiu para a Companhia o valor total de R\$70.209 (2013, 143.162) a título de recursos para futuro aumento de capital em caráter irrevogável e irretratável e com quantidade fixa de ações a serem adquiridas, nos termos do contrato assinado entre a Companhia e a Nova Renova. Desta forma a Companhia classificou esse adiantamento para futuro aumento de capital dentro do seu patrimônio líquido.

Reserva de capital

Na conta de reserva de capital, a Companhia reconheceu os custos dos serviços prestados em acordos firmados com os executivos do Grupo Renova (Companhias controladas direta ou indiretamente pela Renova Energia S.A.) através de pagamentos baseado em ações da sua controladora indireta Renova Energia S.A..

Dividendos (Companhia)

Ao final de cada exercício social será levantado o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras exigidas de acordo com as disposições legais pertinentes, os quais serão submetidos à assembleia geral ordinária, juntamente com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício.

Após as deduções previstas em lei, a assembleia geral deliberará sobre a distribuição dos lucros que, consoante proposta da diretoria e de opinião prévia do conselho fiscal, se instalado, terá a seguinte destinação:

I – 5% (cinco por cento) para a reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;

II – 10% (dez por cento), no mínimo, será distribuído, como dividendo obrigatório, observadas as demais disposições do presente estatuto social e a legislação aplicável; e

III – o saldo remanescente terá a destinação deliberada pela assembleia geral.

15. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado	
	31/12/14	31/12/14
	MWh*	
<u>Disponibilização energia</u>		
Suprimento de energia elétrica	223.489	65.655
(-) Ajuste ressarcimento CCEE	6.290	2.044
Total da receita	229.779	67.699
(-)Deduções da Receita		
COFINS		(2.134)
PIS		(462)
Total das deduções		(2.596)
Total		65.103

* Informação não auditada pelos auditores independentes.

16. GASTOS POR NATUREZA (CONSOLIDADO)

	Consolidado					
	31/12/14			31/12/13		
	Custos dos serviços	Despesas operacionais	Total	Custo dos serviços	Despesas operacionais	Total
Tusd - tarifa de uso do sistema de distribuição	(997)	-	(997)	-	(6)	(6)
Taxa de fiscalização	(248)	-	(248)	-	-	-
	(1.245)	-	(1.245)	-	(6)	(6)
Serviços de terceiros	(1.315)	(3.950)	(5.265)	-	(2.182)	(2.182)
Aluguéis e arrendamentos	(2.112)	-	(2.112)	-	(1.347)	(1.347)
Multa sobre ressarcimento CCEE ⁽¹⁾	4.645	-	4.645	-	(4.645)	(4.645)
Depreciação	(10.011)	-	(10.011)	-	-	-
Seguros	(21)	-	(21)	-	-	-
Outras	-	(1)	(1)	-	(170)	(170)
	(8.814)	(3.951)	(12.765)	-	(8.344)	(8.344)
Total	(10.059)	(3.951)	(14.010)	-	(8.350)	(8.350)

(1) Conforme mencionado na nota 1.3 a Companhia reverteu o saldo da multa, no valor de R\$4.645, sobre a não entrada em operação dos parques eólicos do LER 2010 e registrou essa reversão na mesma linha que deu origem ao custo da operação.

17. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	293	-	118	-
Despesas financeiras				
Juros	-	(69)	-	-
Juros - mútuo	-	(377)	-	(1)
Encargos da dívida	(8.894)	-	(5.107)	-
IOF	(3)	-	(2)	-
Despesas bancárias	(15)	(44)	-	-
Outras	(415)	-	(76)	-
	<u>(9.327)</u>	<u>(490)</u>	<u>(5.185)</u>	<u>(1)</u>
Total	<u>(9.034)</u>	<u>(490)</u>	<u>(5.067)</u>	<u>(1)</u>

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	42.059	(8.840)	39.054	(8.840)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(14.300)	3.006	(13.278)	3.006
<u>Exclusões permanentes</u>				
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	15.509	(2.893)
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	14.224	-	-	-
Efeito dos impostos diferidos não reconhecido sobre:				
Prejuízo fiscal e base negativa (Renova Eólica)	(2.929)	(3.006)	(2.231)	(113)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u>(3.005)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A Companhia não apurou lucro tributável no exercício. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possuía prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social a compensar, nos montantes do quadro a seguir para os quais não foram registrados impostos diferidos:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Prejuízo fiscal e base negativa constituída no exercício	(8.615)	(8.841)	(6.562)	(331)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	(9.947)	(1.106)	(349)	(18)
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u>(18.562)</u>	<u>(9.947)</u>	<u>(6.911)</u>	<u>(349)</u>

Conforme mencionado na nota explicativa Nº 2.5.7. a Companhia apura os tributos sobre o lucro com base no regime do lucro real e as controladas com base no lucro presumido.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, partes relacionadas e fornecedores.

	Consolidado			
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Ativos financeiros				
Circulante				
Aplicações financeiras	93.895	200.881	93.895	200.881
Contas a receber de clientes	43.226	-	43.226	-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	74.502	188.421	74.502	188.421
Financiamentos	285.463	1.031.372	285.277	1.031.372
Debentures	667	-	667	-
Não circulante				
Financiamentos	805.539	-	802.648	-
Debentures	73.676	-	73.676	-

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

	Controladora	
	Valor justo 31/12/14	Valor Contábil 31/12/14
Ativos financeiros		
Circulante		
Aplicações financeiras	74.998	74.998
Passivos financeiros		
Circulante		
Financiamentos	28.865	28.679
Debentures	667	667
Não circulante		
Financiamentos	805.539	802.648
Debentures	73.676	73.676

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Consolidado		Controladora	
	valor justo através do resultado	outros ao custo amortizado	valor justo através do resultado	outros ao custo amortizado
<u>Saldos em 31 de dezembro de 2014</u>				
<u>Ativos financeiros</u>				
Aplicações financeiras	93.895	-	74.998	-
<u>Passivos Financeiros</u>				
Fornecedores	-	74.502	-	51
Financiamentos	-	1.087.925	-	831.327
Debentures	-	74.343	-	74.343
<u>Saldos em 31 de dezembro de 2013</u>				
<u>Ativos financeiros</u>				
Aplicações financeiras	200.881	-	-	-
<u>Passivos Financeiros</u>				
Fornecedores	-	188.421	-	198
Financiamentos	-	1.031.372	-	-

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado.

Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os financiamentos captados pelas controladas da Companhia apresentados na nota nº 8 possuem como contrapartes o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas possuíam um risco de mercado associado à TJLP.

Como riscos de mercado associados à taxa de juros, atribuímos o CDI e IPCA, levando em consideração que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento sólido e investimentos voltados para a infraestrutura, a exemplo de programas como o PAC. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores importantes na captação com baixo risco.

d) **Análise de sensibilidade**

A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Companhia e de suas controladoras à variação de 10% da exposição às taxas de rendimentos e de juros dos instrumentos financeiros para 31 de dezembro de 2014. O percentual de 10% é a taxa média de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças destas taxas.

A análise de sensibilidade inclui as aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos com o BNDES com taxas pós-fixadas. A análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 esteve em aberto durante todo o exercício seguinte. Um número negativo indica uma redução no resultado e no patrimônio líquido.

	<u>Risco</u>	<u>Impacto no resultado e patrimônio</u>
<u>Ativo financeiro</u>		
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	(1.011)
<u>Passivo financeiro</u>		
Financiamentos		
Notas Promissórias	Alta do CDI	(2.764)
BNDES - ponte	Alta da TJLP	(4.589)

e) **Risco de Liquidez**

O risco de liquidez evidencia a capacidade das controladas em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira das controladas em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os financiamentos captados pela Companhia são apresentadas na nota 8.

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Conforme mencionado na nota explicativa 1, em 31 de dezembro de 2014 a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo e dependerá de recursos de acionistas e/ou financiamentos de terceiros para conclusão de seus compromissos.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais são apresentadas conforme quadro abaixo (consolidado):

Instrumentos a Taxa de Juros	Total	31/12/2014			
		De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
BNDES - Renova Eólica	834.404	7.216	21.649	259.828	545.711
Debêntures - Renova Eólica	74.343	-	667	25.785	47.891
Notas promissórias - Controladas	256.598	256.598	-	-	-

f) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

g) Gestão de capital

	Consolidado	
	31/12/14	31/12/13
Financiamento	1.162.268	1.031.372
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações	(103.437)	(201.908)
Dívida líquida	1.058.831	829.464
Patrimônio líquido	573.234	391.482
Índice de alavancagem financeira - %	185%	212%

Os objetivos da Companhia e de suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Em 31 de dezembro de 2014, o passivo circulante é maior que o ativo circulante em função dos financiamentos que tem vencimento em junho de 2015 ou na data de desembolso da primeira parcela do Contrato de Financiamento de Longo Prazo que venha a ser assinado entre o BNDES e a Companhia.

h) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estar entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

20. COBERTURA DE SEGUROS

O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco com coberturas de seguros da Companhia e suas controladas:

Objeto da Garantia	Construção			
	Importância Segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Garantia de execução do fiel cumprimento de implantação LEN 2011	41.193	05/12/2011	21/08/2015	ANEEL
Risco de Engenharia / ALOP (LEN 2011)	785.822	29/11/2012	01/04/2015	Renova Energia
Responsabilidade Civil - LEN 2011	20.000	29/11/2012	01/04/2015	Renova Energia
Transporte / Delay Start Up (Projeto LER 2010 / LEN 2011)	801.500	30/11/2012	01/08/2015	Renova Energia
Garantia de execução do fiel cumprimento de implantação LER 2010	29.470	14/04/2014	10/01/2015	ANEEL

21. TRANSAÇÃO NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício de 2014 e de 2013, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto as seguintes transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Encargos financeiros capitalizados	(12.883)	38.643	(6.886)	38.643
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	-	-	-	-
Aquisição de ativo imobilizado - fornecedores	-	226.459	-	226.459
Provisão para custos socioambientais	10.716	-	-	-
Rendimentos financeiros capitalizados	84.806	(3.372)	21.951	(3.372)
Capitalização de recursos para aumento de capital	143.578	-	143.578	-
Integralização de capital em controladas com ativo imobilizado	-	-	72.489	-
Dividendos propostos a receber	-	-	(393)	-
Pagamentos de financiamento através de novas notas promissórias	400.000	-	-	-
Pagamentos de financiamento através da emissão de ações resgatáveis	600.000	-	-	-
Pagamentos de juros sobre financiamento através da emissão de ações resgatáveis	47.894	-	-	-

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

22.1 Entrada em operação comercial do LEN 2011 (A-3)

No dia 4 de março de 2015, quatro parques, do total de nove, que comercializaram energia no LEN 2011 (A-3) iniciaram a operação comercial. Os parques Ametista, Pilões, Maron e Dourados, com capacidade instalada 117,6 MW foram conectados na mesma linha de transmissão que atende os parques do LER 2009 e LER 2010 (Igaporã II). Os outros cinco parques serão conectados na linha Igaporã III, que está com data de início de operação, de acordo com o Acompanhamento dos Empreendimentos de Transmissão (SIGET) divulgado pela ANEEL, prevista para 12 de agosto de 2015.

Os nove parques do LEN 2011 (A-3 2011) continuam concatenados e o contrato iniciará em até 30 dias após a entrada em operação da linha de transmissão. Do dia 4 de março de 2015 (início da operação comercial) até a data de entrada em operação do contrato, os parques, de acordo com nota técnica emitida pela ANEEL, receberão pela energia efetivamente gerada a preço de contrato.

22.2 Recebimento da 2ª série das debêntures

No dia 21 de janeiro de 2015, foi liquidada a segunda série das debêntures da Controlada, no valor de R\$ 73.000, sendo o valor corrigido pelo IPCA + juros remuneratórios prefixados de 7,8707% a.a., desde a data de emissão, 15 de novembro de 2014, até a data da liquidação, de R\$ 75.106.

22.3 Quitação das Notas promissórias

No dia 02 de fevereiro de 2015, foram quitadas as notas promissórias emitidas contra oito empresas do LEN 2011 (A-3), no valor total de R\$259.316, sendo R\$251.200 de principal e R\$8.116 de juros.
